

Faz de conta

Posto de observação

Henrique Diz
Professor
Catedrático



Senhor Primeiro Ministro é um mestre. Do faz de conta, pelo menos. Ainda esta semana lançou o que se pretende ser o início do novo transporte coletivo que se destina a substituir o defunto ramal de caminho de ferro da Lousã. Quem o ouvisse falar, pareceria que o Partido Socialista nada tem a ver com a situação que se arrasta há mais de 20 anos e que levou milhares de cidadãos a fazer investimentos ruins – nomeadamente através da compra de habitação própria – porque confiavam nos governos do PS. Por isso, é bom relembrar os factos.

Em 1996, três executivos municipais liderados por socialistas – Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã – decidem, certamente com o acordo do governo do mesmo partido, constituir com a empresa pública CP a Metro Mondego, S.A., com o objetivo de desenvolver uma solução de transporte para a linha existente, em avançado estado de degradação.

Em 2001, António Guterres, ordena que o Estado tenha a maioria do capital da empresa. Depois de muitos estudos, em 2006, isto é, dez anos depois, e com José Sócrates Primeiro Ministro, o projeto é revisto e decide-se avançar, numa primeira fase, com a linha Serpins-Coimbra. Para dar mostras do empenho do governo e, quem sabe, tornar a questão irreversível, as operações de transporte existentes são encerradas e as linhas existentes levantadas no final

de 2009 e início de 2010, sob a responsabilidade de um outro governo presidido, uma vez mais, por José Sócrates. Prevê-se, então, que as obras permitam a circulação das novas composições em 2011 ou 2012. Só que, o mesmo executivo suspende a construção, em Novembro de 2010, dez meses depois de iniciada, e de despesas de mais de 100 milhões de euros.

Em 2017, António Costa decide mudar o projeto. No lugar do metro de superfície aparecem autocarros elétricos. Finalmente, em Fevereiro de 2019, isto é, 23 anos e muitos milhões de euros depois, e dois anos após a última decisão, talvez tenhamos obra. Quando termina? A julgar pelo historial, logo se vê.

Se olharmos para o que se passou, confessemos que custa a acreditar. E não pode deixar de se perguntar onde estava António Costa quando tudo se atrasou e ele nada disse, ainda que, em parte deste tempo, estivesse no governo. Porque, se se insurgiu anteriormente, então pode agora indignar-se com os atrasos. Mas devo confessar que não encontrei qualquer referência à sua posição anterior sobre o verdadeiro desperdício de recursos públicos e privados que toda esta novela encerra.

É verdade que, neste percurso, houve três governos envolvendo o PSD e o CDS. Mas o executivo de Passos Coelho não pode ser culpado pelo estado a que se chegou, uma vez que esteve confrontado com a crise que os socialistas lhe tinham deixado e com a austeridade imposta do exterior que José Sócrates tinha aceite e assinado.

Pelo que a grande responsabilidade pelas despesas que, afinal, não tiveram o resultado almejado, pelos prejuízos causados a todos os que investiram a acreditar nas promessas dos sucessivos governos, deve ser sobretudo assada ao Partido Socialista de que o atual Pri-

meiro Ministro tem sido membro destacado e que tem servido em sucessivos governos envolvidos neste imbróglio. Não podem, por isso, vir agora arvorar-se em grandes e, porventura, únicos defensores de uma solução que tão elevados prejuízos causou. Antes devem assumir politicamente os erros, indecisões, mudanças de opinião que demonstraram ao longo deste percurso.

O mesmo se podia dizer, naturalmente, do Novo Aeroporto de Lisboa. A história é muito mais antiga, tendo-se iniciado ainda com o Estado Novo. De facto, já em 1969 se colocava a hipótese de realocação daquela infraestrutura. A crise do petróleo, primeiro, a revolução do 25 de Abril, depois, impediram qualquer tomada de decisão. Os estudos forma retomados sobretudo depois da adesão de Portugal à então Comunidade Económica Europeia, dada a disponibilidade de fundos de apoio que se poderiam mobilizar para um investimento tão avultado.

Mas é o governo de José Sócrates, de que António Costa fazia parte, como Ministro de Estado e da Administração Interna, que decide, em 2005, e apesar dos inúmeros argumentos contrários – capacidade operacional muito limitada, que impedia o seu desenvolvimento futuro, características de terreno hidrológicas que exigiriam investimentos avultadíssimos na construção – ser a Ota o local adequado, pelo que mandou proceder ao estudo de impacto ambiental. Milhões de euros depois, as forças civis mobilizaram-se. A Confederação da Indústria Portuguesa patrocinou um novo estudo destinado a identificar locais alternativos. Estudo feito contra um governo que não conseguia vislumbrar para lá das suas motivações próprias. O resultado aponta a solução que, ainda hoje, parece a mais sensata: o novo aeroporto de Lisboa deveria ser

construído no Campo de Tiro de Alcochete, na margem sul do Tejo.

A fim de “salvar a face”, o Ministro das Obras Públicas da altura deu instruções ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil para estudar a alternativa. Só então o executivo retrocedeu e abandonou a sua proposta inicial. Isto é, o governo tomou uma decisão política sem qualquer fundamento técnico válido. A contestação havida não o demoveu. Foi necessário que privados pagassem um estudo que viria a demonstrar o erro cometido. Só perante essa demonstração o executivo mandou executar os seus próprios estudos, o que diz muito do processo de decisão seguido por José Sócrates e os seus ministros. Quanto tempo se perdeu? Quantos milhões de euros se consumiram no processo? Quais as consequências futuras? Ouvir, agora, um Primeiro Ministro do mesmo partido, o Partido Socialista, defender rapidez na resolução de um problema que só existe porque executivos da sua cor e de que deles fez parte tomaram decisões incompreensíveis e que não tratou durante os três anos que já leva deste governo, significa apenas que as responsabilidades passadas não fazem parte do seu vocabulário. Enquanto, no seu afã de mostrar trabalho antes das eleições, toma decisões que violam procedimentos há muito firmados para as obras públicas e assina contratos sem que tenham sido feitos os estudos que a lei exige. Habituem-se! Nota final. O Senhor Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior anda confuso. Primeiro, defende o fim das propinas nas universidades. Depois, recua. Agora afirma que há pleno emprego entre os doutorados. Alguém o pode elucidar? ◀

Este artigo foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

(H)À Educação

E se a Educação em Ciências desafiar as suas convicções?

A importância e a influência da Ciência como motor de progresso social e económico são reconhecidas internacionalmente. Consequentemente, a maioria dos cidadãos concordaria com a afirmação de que o ser humano, por norma, valoriza a Ciência no seu todo e, em particular, os seus incontornáveis contributos para o bem-estar e a qualidade de vida. No entanto, nem todos aceitam, e alguns tendem mesmo a desvalorizar e a considerar falso, o conhecimento científico quando este remete para determinadas questões socio-científicas. Este posicionamento de alguns cidadãos é notório face a evidências científicas relativas, por exemplo, à segurança da vacinação infantil ou à aceleração das alterações climáticas resultante da atividade humana.

O leitor já se questionou sobre algumas das razões que poderão justificar esta ambivalência ou o que torna a mente humana tão resistente

a certos factos científicos? Alguma vez considerou a forma como recolhe a informação científica quando dela necessita para se posicionar face a uma temática ou tomar uma decisão? Quando pesquisa sobre um determinado assunto procura informação especializada, credível e isenta?

Já lhe aconteceu, talvez sem se aperceber, acabar por selecionar informação que reflete e corrobora as suas próprias crenças e opiniões? Estudos científicos evidenciam uma tendência para desvalorizarmos a informação científica quando esta não reflete as nossas predisposições culturais e indiciam ainda que as nossas decisões tendem a perpetuar o estilo de vida adotado, manifestando resistência a mudanças que afetem diretamente o nosso dia a dia (Kahan, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1871503).

A Ciência, revestida do princípio básico de procura da verdade, não pretende decidir pelo leitor, mas possibilitar um processo de análise das certezas e incertezas, dos riscos e benefícios

envolvidos e uma tomada de decisão informada e esclarecida. Para tal, é também vital que o conhecimento científico seja disponibilizado pelos cientistas num formato que seja compreensível e utilizável no quotidiano pelos cidadãos, dificultando que estes se tornem alvos de políticas e indústrias que lucram quando não se questionam eventuais interesses envolvidos ou se decide com base em receios infundados.

Com foco nestes pressupostos, a investigação desenvolvida no domínio da Didática das Ciências procura contribuir para a concretização dos objetivos referidos colaborando com futuros professores, no âmbito da formação inicial de professores na Universidade de Aveiro (<https://www.ua.pt/PageCourses.aspx?c=2>), e com os docentes nas escolas, no sentido de possibilitar aos estudantes não só a construção de conhecimentos estruturantes, a compreensão da natureza e do modo de pensar científico, mas também desafiar a promoção de capacidades de pensamento ligadas à análise crítica que possam conduzir à tomada de decisões demo-

cráticas, conscientes e cientificamente sustentadas. ◀

Este artigo foi escrito ao abrigo do novo Acordo Ortográfico

Nota: Os substantivos “leitor”, “cidadãos”, “estudantes”, “professores” entre outros, são apresentados no masculino apenas para efeitos de clareza de leitura, pretendendo ser inclusivos de ambos os géneros.

Ana Sofia Sousa*
(anasofiasousa@ua.pt)

Rui Marques Vieira*
(rvieira@ua.pt)

* Investigadores do Centro de Investigação Didática e Tecnologia na Formação de Formadores (CIDTFF) da Universidade de Aveiro